



O CURRÍCULO QUE ESQUECE: RESISTÊNCIAS E MEMÓRIAS DE SÃO MATEUS/ES

HENRIQUES, Gino Santos¹

SANTOS, João Vitor

Resumo

Este estudo analisa a forma como a história negra e indígena local é abordada no currículo escolar do município de São Mateus, no Espírito Santo, com foco no Porto de São Mateus, território marcado por memória, ancestralidade e resistências culturais. O objetivo da pesquisa foi investigar de que maneira as narrativas afro-brasileiras e indígenas são silenciadas ou valorizadas nas práticas pedagógicas, confrontando o paradigma colonial ainda presente nos conteúdos escolares. A escolha do tema se justifica pela necessidade de promover uma educação inclusiva e decolonial, capaz de reconhecer e valorizar os saberes tradicionais e as histórias de resistência locais. Para tanto, a pesquisa utilizou abordagem qualitativa combinada à pesquisa histórica e à pesquisa oral, permitindo o resgate de memórias orais, relatos comunitários e registros históricos, com ênfase na participação de sujeitos locais como fonte legítima de conhecimento. As análises revelaram que aspectos fundamentais da história regional, como a vida das mulheres negras no Porto, a presença de comunidades quilombolas e as práticas de exploração escravocrata, permanecem ausentes ou sub-representados no currículo, evidenciando silenciamentos estruturais. As reflexões indicam que a integração dessas narrativas no ensino pode promover uma educação mais crítica, inclusiva e sensível às diversidades culturais, além de fortalecer o pertencimento dos alunos à história de sua região e contribuir para a preservação da memória e identidade coletiva.

Palavras-chave: BNCC. Educação decolonial. História Negra e Indígena.

Introdução

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o documento normativo que orienta a educação básica no Brasil, abrangendo a Educação Infantil, o Ensino

¹ Graduando do curso de Ciências Biológicas licenciatura Laboratório de Educação Ambiental (LabEA/UFES), do Centro Universitário Norte do Espírito Santo. Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: ginosantos7@gmail.com





Fundamental e o Ensino Médio. Elaborada pelo Ministério da Educação e homologada entre 2017 e 2018, a BNCC estabelece as aprendizagens e os conhecimentos essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da escolaridade (BRASIL, 2018). Seu objetivo principal é garantir a equidade e a qualidade no ensino, promovendo o direito à aprendizagem a todos, independentemente da região, contexto social ou rede de ensino.

Entre suas diretrizes, a BNCC organiza os conteúdos em áreas do conhecimento e competências gerais, buscando não só a transmissão de saberes acadêmicos, mas também o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, cidadania e preparação para a vida. O documento também determina a inclusão obrigatória da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo, conforme previsto pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 (BRASIL, 2003; BRASIL, 2008), valorizando a diversidade que compõe a identidade nacional.

O currículo do Ensino Fundamental é estruturado a partir dessa base nacional comum, que assegura a todos os alunos um aprendizado fundamental para sua formação integral. Complementando essa base, cada sistema de ensino e escola pode incluir uma parte diversificada, adaptando conteúdos e práticas pedagógicas à realidade local, às características culturais e às necessidades específicas dos estudantes (MOREIRA; CANDAU, 2007). Essa flexibilidade permite valorizar aspectos regionais e fortalecer o pertencimento dos alunos, tornando o currículo um espaço de resistência e produção de identidades (SILVA, 2015).

É nessa estrutura, composta pela Base Comum e pela Parte Diversificada, que o ensino de História ganha um papel transformador, indo além do registro cronológico de eventos. A BNCC impulsiona uma mudança de paradigma, concentrando-se no desenvolvimento de competências que permitem ao estudante compreender-se como sujeito ativo na construção da sociedade (BRASIL, 2018). A disciplina deve possibilitar que o aluno analise e interprete diferentes contextos históricos, sociais e culturais ao longo do tempo, formando uma consciência crítica, uma postura que Paulo Freire (1996) denomina de “leitura de mundo”, isto é, a capacidade de interpretar a realidade e atuar sobre ela.





Considerando a necessidade de contextualizar e valorizar as culturas locais, conforme estabelecido na parte diversificada do currículo e nas normas que regem o ensino de História, torna-se indispensável a análise de experiências regionais, como a de São Mateus. A cidade, localizada ao norte do Espírito Santo, é um dos municípios mais antigos do estado, com fundação datada de 1544. Sua formação histórica está diretamente ligada à invasão e colonização portuguesa, marcada por conflitos violentos com os povos originários, sobretudo os Tupiniquins, que já habitavam a região muito antes da chegada europeia (VIANNA, 2024).

Durante o período colonial, a região se consolidou como um importante ponto estratégico para a Coroa portuguesa, sobretudo pela sua localização litorânea.(CÔGO, 2004) Contudo, a prosperidade econômica esteve profundamente relacionada ao uso da escravidão africana, que estruturou a economia agrícola e comercial da região. Estudos indicam que, entre meados do século XIX e a abolição, São Mateus apresentava uma expressiva população escravizada, empregada tanto na lavoura quanto em atividades urbanas e comerciais (RUSSO, 1988). A dinâmica agrária local, principalmente no século XIX, foi caracterizada pelo cultivo de produtos como o café e a cana-de-açúcar, o que reforçou a dependência da mão de obra escravizada e consolidou São Mateus como uma das regiões de maior concentração dessa prática no Espírito Santo (CÔGO, 2004). Essa herança se reflete até hoje na configuração cultural do município, onde a presença de comunidades quilombolas preserva tradições afrodescendentes, como práticas religiosas, culturais e festivas.(SANTOS, 2017).

Nesse contexto, este trabalho visa tecer uma crítica ao currículo da cidade de São Mateus, analisando de que forma a história negra e indígena local é transmitida ou silenciada nas práticas escolares. O objetivo é confrontar o paradigma colonial ainda presente no currículo, que frequentemente reduz as narrativas afro-brasileiras à escravidão e omite as histórias de resistência, protagonismo e saberes comunitários dessas populações.

Para tanto, utilizou-se o método de pesquisa histórica, pesquisa oral e abordagem qualitativa, valorizando a escuta de sujeitos locais e suas memórias. É a partir dessa perspectiva que a fala de Mônica ganha destaque neste trabalho, ao revelar histórias, vivências e conhecimentos que não encontram espaço no currículo





oficial, mas que compõem a memória viva e ancestral de São Mateus. Assim, o diálogo com sua narrativa se torna um ponto de partida para refletir sobre os silêncios e as ausências que estruturam a história ensinada nas escolas e sobre a urgência de reconstruir essa narrativa a partir das vozes historicamente marginalizadas.

Desenvolvimento

Este trabalho adota como abordagem a pesquisa qualitativa, articulada à pesquisa histórica e à pesquisa oral, com o objetivo de analisar criticamente o currículo escolar do município de São Mateus, evidenciando como ele tem silenciado narrativas negras e indígenas locais. Busca-se compreender de que forma as memórias orais, os saberes tradicionais e as histórias de resistência podem contribuir para reconstruir o ensino da história local sob uma perspectiva decolonial e inclusiva.

A pesquisa qualitativa possibilita compreender contextos sociais, culturais e educativos a partir da análise de dados descritivos, relatos e registros históricos. Já a pesquisa oral favorece o resgate de memórias e experiências transmitidas pela comunidade local, conhecimentos muitas vezes ausentes das fontes escritas, permitindo o reconhecimento de vozes historicamente silenciadas e a problematização das narrativas oficiais. Por sua vez, a pesquisa histórica fundamenta-se na análise crítica de fontes primárias e secundárias, garantindo rigor metodológico e sustentação teórica ao processo de reinterpretação da história local.

Contexto de Criação e Escolha do Tema

A proposta deste trabalho teve início na disciplina “Pesquisa, Extensão e Prática Pedagógicas em Educação Ambiental” (PEPEA), ofertada no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Segundo o Projeto Político-Pedagógico do curso, a disciplina busca integrar investigação, extensão e prática pedagógica, incentivando o desenvolvimento de ações que relacionem a realidade local ao processo educativo.

Dentro desse propósito, os estudantes foram desafiados a elaborar uma ação investigativa capaz de gerar conhecimentos aplicáveis ao ensino. Após discussões





entre o professor e a turma, optou-se por abordar temas socioambientais e históricos de relevância para o município de São Mateus, sendo escolhido o Porto de São Mateus como foco principal da pesquisa.

A escolha se justifica pela importância do Porto enquanto território de memória, resistência e ancestralidade negra, e pela constatação de que suas histórias permanecem ausentes dos currículos escolares e das narrativas oficiais. Dessa forma, o trabalho propõe tecer uma crítica ao currículo local, questionando as ausências e silenciamentos que ainda persistem e defendendo a inserção de saberes afro-brasileiros e indígenas como parte essencial de uma educação comprometida com a diversidade e a justiça histórica.

Para aprofundar a reflexão, foram convidadas Mônica Porto (Mônica Felipe Santos Loza) e Simone Ticumbi (Professora Doutora Simone Raquel Batista), cujas trajetórias dialogam diretamente com o tema.

- Mônica Porto, escritora e ex-professora formada em Letras pela UFES, traz em sua fala a memória afetiva e territorial do próprio Porto de São Mateus. Sua vivência familiar e literária conecta a história oral ao fazer pedagógico, oferecendo uma leitura sensível e crítica sobre o passado.
- Simone Ticumbi, Professora Associada II do DECH/CEUNES/UFES, é pesquisadora das territorialidades tradicionais e atua com comunidades quilombolas, pesqueiras e camponesas. Sua experiência em História Oral e Cartografia Social reforça o caráter participativo e decolonial da pesquisa, que valoriza o saber comunitário como fonte legítima de conhecimento.

O videocast produzido teve como tema “Porto de São Mateus: História, Cultura e Racismo”. Nele, Mônica Porto destacou como diversos aspectos históricos e culturais do território não aparecem no currículo escolar e são tratados de forma superficial ou inexistente nos materiais didáticos. Entre esses elementos, mencionou-se a trajetória das mulheres negras que viveram no Porto, cujas histórias foram apagadas das narrativas oficiais. Simone Ticumbi trouxe à tona relatos sobre fazendas de reprodução de escravos, como a Fazenda Boa Esperança, onde





indivíduos eram selecionados para procriar e tratados de forma desumana, evidenciando práticas extremas esquecidas na memória coletiva.

Essas reflexões deram origem à segunda parte do trabalho, na qual as falas de Mônica Porto e Simone Ticumbi são analisadas como expressões de resistência e memória, capazes de inspirar novas práticas pedagógicas e releituras curriculares que valorizem os saberes e vivências locais.

Entre Linhas e Silêncio

Com o declínio da economia de farinha de mandioca, a vila de São Mateus perdeu relevância, restando como símbolos de seu passado próspero os casarões coloniais do porto mateense. A partir da década de 1920, muitos desses imóveis foram ocupados por bares, cabarés e bordéis, onde prostitutas, além de exercerem suas atividades, cuidavam da manutenção cotidiana dos casarões, contribuindo para sua preservação. A região do antigo Largo do Chafariz passou a ser estigmatizada pela elite local como “zona de baixo meretrício”.

Em 1968, cerca de oitenta prostitutas realizaram uma manifestação pacífica exigindo atendimento médico, mas a reivindicação não foi atendida e, em represália, os cabarés e bordéis foram fechados. Apesar da desocupação, os casarões foram preservados graças à mobilização de intelectuais e estudantes, resultando na criação do Sítio Histórico do Porto de São Mateus e no tombamento pelo IPHAN, evidenciando que a presença dessas mulheres contribuiu, ainda que involuntariamente, para a preservação do patrimônio cultural e arquitetônico. (MATTEDI, 1998)

Relatos de pesquisa revelam a existência de fazendas de reprodução de escravos em São Mateus, como a Fazenda Boa Esperança, onde os proprietários selecionavam os indivíduos considerados “mais aptos” para procriar, tratando-os de forma desumana e praticamente como animais. Nessas propriedades, a vida dos escravizados era completamente controlada, e a reprodução forçada funcionava como mais uma forma de exploração econômica, evidenciando a crueldade sistemática do sistema escravocrata. Esse tipo de prática demonstra como a





opressão ia além do trabalho forçado, atingindo aspectos fundamentais da vida e da autonomia das pessoas escravizadas, transformando seus corpos em mercadoria e instrumento de lucro. Tal episódio já foi citado por Russo (p. 38), que afirma: *“Tal assertiva nos remete vagamente a algumas deduções presentes na história oral, segundo a qual existiam fazendas reprodutoras de escravos em São Mateus, citando como exemplo o caso da Fazenda Boa Esperança”*

Referências

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a LDB para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a LDB para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Diário Oficial da União, Brasília, 2008.

CÔGO, Denise. História e cultura afro-brasileira e indígena: contribuições para a prática pedagógica. Vitória: UFES, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MATTEDI, José Carlos. Porto de São Mateus Revive. A GAZETA. Vitória, 15 mar. 1998. Caderno dois p. 1.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Currículo, conhecimento e cultura. Petrópolis: Vozes, 2007.

RUSSO, Luiz Cláudio. São Mateus: um estudo histórico e social. Vitória: EDUFES, 1988.

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. A escravidão em São Mateus/ES: Economia e demografia (1848–1888). 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.





SANTOS, Sofia Maria Valente Simões dos. São Mateus: do lugar à vila. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

VIANNA, João Batista. História e Memória de São Mateus. São Mateus: Secretaria Municipal de Cultura, 2024.

